

**“ESSAS MENTIRAS, CARO DOUTOR,
VÃO TORNAR-SE VERDADES
INDISCUTÍVEIS”: MEMÓRIAS
SUBTERRÂNEAS, VIOLÊNCIA E
LEGITIMIDADE EM *O ANJO BRANCO*,
DE JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS**

**“THESE LIES, DEAR DOCTOR, WILL BECOME
INDISPUTABLE TRUTHS”: UNDERGROUND
MEMORIES, VIOLENCE AND LEGITIMACY IN
O ANJO BRANCO, BY
JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS**

Daniel M. Laks¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir o romance *O anjo branco*, de José Rodrigues dos Santos, a partir da ideia do campo literário como um arquivo de memórias que se confrontam em disputa por uma autoridade narrativa sobre um tempo e a legitimidade dos seus acontecimentos específicos. O autor se coloca como representante de sua comunidade de memória e teatraliza, no palco de sua narrativa, uma argumentação ideológica interessada muito mais na representação do que chama de “espírito do tempo” do salazarismo do que na reconstituição factual das ocorrências. Esta noção das intenções que sustentam as ações do regime está intimamente relacionada à base das teorias contratualistas que justificam o monopólio e a utilização da violência por parte do poder público quando visam o bem comum. Assim, o artigo discute a relação entre história, memória, política e literatura a partir de teóricos como Thomas Hobbes, Hayden White, Micheal Pollack, Margarida Calafate Ribeiro e Diana Klinger.

PALAVRAS-CHAVE: O Anjo branco. Memórias subterrâneas. Salazarismo. Monopólio da violência.

ABSTRACT

The objective of this article is to discuss the novel *O anjo branco*, by José Rodrigues dos Santos, based on the idea of the literary field as an archive of memories that confront each other in dispute for a narrative authority over a time and the legitimacy of its specific events. The author places himself as a representative of his community of memory and dramatize, on the stage of his narrative, an ideological argument interested much more in the representation of what he calls the “spirit of the time” of Salazarism than in the factual reconstruction of the occurrences. This notion of the intentions that underpin the regime’s actions is closely related to the basis of contractual theories that justify the monopoly and the use of violence by the public power when they aim at the common good. Thus, the article discusses the relationship between history, memory, politics and literature from theorists such as Thomas Hobbes, Hayden White, Micheal Pollack, Margarida Calafate Ribeiro and Diana Klinger.

KEYWORDS: O anjo branco. Underground memories. Salazarism. Monopoly of violence.

Thomas Hobbes, em *Leviatã*, discute o surgimento do poder soberano como forma de assegurar a paz e a defesa comum. Para Hobbes, na ausência do Estado, o homem vive em condição de constante ameaça e, para assegurar circunstâncias de usufruto da terra para que todos possam se alimentar e viver satisfeitos, os homens precisam entrar em um acordo, assumir um pacto. Os sujeitos devem abrir mão de sua potência de domínio sobre os outros e confiar a um indivíduo ou a uma junta de indivíduos o papel de gestão da vida comum: “Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado” (HOBBS, 2003, p. 125). A produção, portanto, do poder soberano materializado no Estado se faz mediante a pactos recíprocos que possibilitam o uso da força e dos recursos comunais a fim de assegurar a paz e a segurança dos indivíduos. Nesse sentido, somente ao Estado é legítimo o uso da força para subjugar pessoas, em outras palavras, é da atribuição do poder soberano o monopólio da violência.

Hobbes descreve duas formas como o poder soberano se institui, a sarça ou natural e a voluntária. A primeira diria respeito à imposição hierárquica pela força, onde o autor usa como exemplo a maneira como um pai impõe sua vontade a seus filhos ou o conquistador estabelece seu domínio sobre seus conquistados. A segunda é quando os homens concordam entre si a submeterem-se voluntariamente com a esperança de serem protegidos contra todos os outros. Dessa cessão em comum acordo surge o Estado por

instituição, enquanto que, do primeiro exemplo, produz-se o Estado por aquisição. Entretanto, independente do tipo de Estado que se esteja discutindo, o direito ao monopólio da violência não se configura como discricionário. Toda a teoria subjacente à ideia de pacto social se assenta na ideia de que os homens se submetem ao poder soberano porque este garante condições pacíficas e dignas de subsistência superiores às aquelas encontradas fora de sua circunscrição, ou seja, no chamado estado de natureza. Hobbes, inclusive, ao referir-se às regras de gestão da vida no estado de natureza, menciona, dentro da ideia de leis da honra, a necessidade de se evitar a barbaridade: “Nesse tempo os homens tinham como únicas leis as leis da honra, ou seja, evitar a crueldade” (HOBBS, 2003, p. 122). Dessa forma, existe uma diferença entre a utilização do monopólio da violência por parte do Estado e a brutalização desenfreada e injustificada dos corpos. A discussão passa, portanto, a se fazer em termos de legitimidade do uso da força por parte do Estado para garantir o bem comum. Nesse sentido, a legitimidade das ações violentas do Estado é produzida necessariamente de forma discursiva, ou seja, é a partir da narração do nexos entre a ação violenta e um projeto indispensável de bem comum que se sustenta a validade do uso da força.

Hayden White, em “The Value of Narrativity in the Representation of Reality”, discute as relações, já apontadas por Hegel, entre lei, historicidade e narratividade. Para White, a narrativa em geral, “do conto popular ao romance, dos anais à “história” plenamente realizada, tem a ver com os tópicos do direito, legalidade, legitimidade ou, mais geralmente, autoridade”² (WHITE, 1980, p. 17). Nesse sentido, quanto mais autoconsciência histórica tiver o escritor, mais a questão do sistema social e da lei subjacente a este, a autoridade dessa lei e sua justificação, além das ameaças à lei ocupam sua atenção. White apresenta-se em concordância com o pensamento hegeliano ao colocar que, conforme a historicidade constitui um modo particular de existência humana, esta é impensável sem a pressuposição de um sistema jurídico em relação ao qual um assunto especificamente legal poderia ser constituído. Dessa forma, o tipo de pensamento capaz de produzir a necessidade de representar a realidade como uma história só é admissível em termos de seu interesse pela lei, legalidade, legitimidade e assim por diante.

Portanto, se a sustentação da licitude tanto de ações específicas quanto do sistema de governança como um todo se constrói de forma narrativa, a partir do discurso, a questão que se coloca, tanto para o tópico do uso da violência por parte do Estado quanto para a justificação de um sistema jurídico constituído é: a quem é dado o direito de narrar? A quem é conferida a potência de produzir conhecimento sobre um determinado acontecimento ou um determinado tempo? Se, como pretende Hayden White, a relação entre legalidade, autoridade e narratividade se estende desde as formas ficcionais até a “história” plenamente realizada, podemos pensar a literatura e, mais especificamente, a literatura que se pretende enquanto memorialística, como um campo de disputas narrativas pela representação não apenas dos acontecimentos de um tempo passado, mas, principalmente,

por sua justificação enquanto ações legítimas que visaram o bem comum ou ações ilegítimas e condenáveis como tal. Nesse sentido, a discussão se apresenta projetada para um tempo distinto daquele específico da ação, que investiga de forma retroativa os acontecimentos rememorados.

O objetivo deste artigo é discutir o romance *O anjo branco*, de José Rodrigues dos Santos, a partir da ideia do campo literário como um arquivo de memórias que se confrontam em disputa por uma autoridade narrativa sobre um tempo e a legitimidade dos seus acontecimentos específicos. O romance, escrito em 2010, conta a trajetória de José Branco, personagem baseado na história do pai do autor, desde seu nascimento, em Portugal, na década de 1930, até o ano de 1973, quando residia em Moçambique, após o massacre de Wiriyamu, que é quando se interrompe a narrativa. O aspecto memorialístico do livro é abertamente assumido, apesar deste apresentar na capa, abaixo do título, o termo “romance”, na subparte final do livro, intitulada “nota final”, onde o autor expressa que deve “agradecimentos a um conjunto de pessoas que se disponibilizaram para me ajudar na reconstrução dos factos e sobretudo do espírito daquele tempo” (RODRIGUES DOS SANTOS, 2010, p. 677) e passa a citar, com seus nomes reais, diversos indivíduos que aparecem no romance. Estes são facilmente reconhecíveis pelos seus nomes muito próximos aos dos personagens ficcionais ou, nos casos das alcunhas menos similares, pelas profissões desempenhadas.

A questão da legitimidade das ações violentas e do sistema de organização das vidas que as sustenta, conforme representada no romance, perpassa então três momentos distintos: o salazarismo, período no qual transcorre a narrativa; o período logo após o 25 de Abril de 1974, quando há uma condenação pública, mesmo que tácita, do regime ditatorial e do colonialismo de forma geral que passa a funcionar como discurso oficial; o momento quando o livro é escrito, já na primeira década do século XXI, colocando-se como um arquivo de memórias que disputam a autoridade narrativa com aquelas que condenam o colonialismo português e o regime salazarista. Se durante o período ditatorial, claro está, o efeito de verdade estava ligado ao discurso oficial produzido e/ou sancionado pelo estado autoritário e, logo após a Revolução dos Cravos, há uma inversão deste lugar enunciativo, o grande sucesso de vendas do romance de José Rodrigues dos Santos parece indicar, de fato, um espaço de disputas pela revisão dos acontecimentos históricos, com grande possibilidade de penetração social das concepções apresentadas no livro e da base ideológica que as sustenta. Isso se confirma, inclusive, pelo número de exemplares comercializados e pelo volume de edições alcançadas pelo romance em apenas um ano, atingindo a marca de 152000 unidades vendidas e 16 edições lançadas entre outubro de 2010 e novembro de 2011.

O romance se insere na vaga de memórias de segunda geração, conforme discutido por Margarida Calafate Ribeiro no artigo “Os netos que Salazar não teve: guerra colonial e memória de segunda geração”. Ribeiro apresenta o argumento de que a guerra deve ser vista como um fenômeno

bélico, social e político que abrange sempre três gerações: a geração que para ela é mobilizada, a geração dos pais dos que para ela são chamados e, por último, a geração dos filhos da guerra. Assim, entendendo a memória como um processo que se constitui e se transmite dentro de um grupo específico, caberia a uma das três gerações a possibilidade de produzir discurso sobre os eventos vivenciados na qualidade de testemunha, de alguém que ou esteve presente no momento do evento ou é herdeiro direto daquelas experiências. Entretanto, para que haja a possibilidade do testemunho, enquanto veiculação de um discurso na esfera pública, é necessário que haja um interesse por parte da sociedade, uma receptividade para abrigar aquilo que é testemunhado, interesse inexistente na sociedade portuguesa logo após o 25 de Abril, que condenava o colonialismo e o regime salazarista sem, entretanto, facultar espaços para uma ampla discussão deste passado recente a fim de expurgá-lo:

Na euforia dos novos tempos, o 25 de Abril rapidamente se tornou um exemplo de revolução pacífica, esquecendo-se assim todo o sangue de África, tanto mais que a imagem das forças armadas empenhadas na Guerra Colonial se transfigura da noite para o dia na imagem salvífica de um MFA libertador; o “Ultramar” passava à história, apesar de estoirar todos os dias na nova casa política portuguesa, fosse sob a forma dos retornados, do regresso de ex-combatentes, das notícias dos países africanos em que o processo de transição era intensamente vivido dia a dia. Desta forma, no pós-25 de Abril, a Guerra Colonial torna-se rapidamente um silêncio, algo que não era recomendável recordar publicamente, invisível e, portanto, reservada aos grupos directamente portadores da sua memória: os ex-combatentes e as suas famílias (RIBEIRO, 2013, p. 28).

É a geração dos filhos tanto dos colonos quanto dos combatentes da Guerra Colonial que vai assumir o papel de herdeiro simbólico dessas vivências a fim de elaborar narrativas construídas a partir da recolha das histórias familiares, cartas, fotografias, mapas, cartões postais e outros objetos da esfera do privado para contrapô-los com as narrativas públicas vigentes de uma sociedade que se apresenta em ruptura com os ideais preconizados pelo antigo regime autoritário a fim de disputá-las ou corrobora-las. Surge, portanto, uma miríade de filmes de ficção, longas e curtas metragens, documentários, romances, entrevistas, poemas e estudos especializados em diversos campos do saber acadêmico, produzidos especificamente pela geração que toma para si a responsabilidade de narrar, que recuperam a presença portuguesa na África e a Guerra Colonial como assunto de extremo interesse contemporâneo tanto epistêmico quanto mercadológico.

Michael Pollack, no artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio”, trabalha uma dinâmica similar à descrita por Margarida Calafate Ribeiro sob o conceito de memórias subterrâneas. Para Pollack, lembranças traumatizantes sobrevivem no interior do grupo por dezenas de anos esperando o momento propício para serem expressas. A despeito de qualquer tipo de coerção por parte do discurso oficial, essas memórias confinadas ao silêncio e

transmitidas oralmente de geração em geração, e não através de publicações, permanecem vivas na esfera do privado. O longo silenciamento imposto sobre o passado, longe de produzir um processo de esquecimento, provoca uma resistência que os diferentes grupos da sociedade civil impõem aos discursos oficiais. Durante o tempo de recalque destas lembranças ao espaço privado, as histórias e suas justificações ideológicas são transmitidas cuidadosamente nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da redistribuição das cartas políticas e ideológicas que possibilitem a passagem da esfera privada para o discurso público.

O trabalho de Pollack, entretanto, apesar de centrar-se nas relações entre grupos minoritários e a sociedade englobante, discorre a respeito dos processos de sufocamento das memórias de grupos oprimidos por sistemas autoritários que emergem à superfície da esfera pública depois do fim destes regimes, no momento de reavaliação histórica do passado proposto dentro de uma conjuntura de abertura política. Ao contrário, o caso que me interessa discutir neste artigo é o das memórias do grupo dominante durante o período ditatorial que passam a ser suprimidas no momento de reabertura política, esperando o instante de poderem ressurgir para o âmbito do discurso público e disputar o processo de reconstrução crítica do passado. Assim, apesar de apresentarem um vetor de força oposto às memórias dos grupos trabalhados por Pollack, o processo de emergência parece se apresentar de forma similar e expor as mesmas tensões:

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião parainvadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emerja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples “montagem” ideológica, por definição precária e frágil (POLLACK, 1989, p. 9).

No romance, na seção nomeada “nota final” e já referida aqui, que funciona como um paratexto à narrativa, a passagem ao estado de contestação do discurso preconizado no texto afirma exatamente os termos de sua credibilidade face à superação de uma montagem ideológica: “É antes um romance sobre os Portugueses na África onde nasci, um registro ficcional de um pedaço da nossa história que procurei abordar nas suas múltiplas contradições e evitando as colorações ideológicas que tendem a simplificar os factos e as suas causas” (RODRIGUES DOS SANTOS, 2010, pp. 676-677). Dessa forma, o autor reivindica para si o estatuto de portador da verdade supostamente isenta de colorações ideológicas que tenderiam a deformar a confiabilidade do narrado.

Este movimento soma-se a outros dois processos de atribuição de autoridade ao autor. O primeiro deles é a autoridade discursiva autoconferida pela noção de direito de falar sobre as próprias experiências. Por ser “um romance sobre os Portugueses na África onde nasci”, o autor, sendo este português nascido na África, poderia falar com propriedade do assunto que toca nas suas próprias vivências, tanto pessoais quanto familiares. O segundo movimento se faz enquanto inserção na ordem do discurso. Nos agradecimentos ao conjunto de pessoas que ajudaram na reconstituição daquilo que o romance narra, o autor cita, para além de familiares e amigos envolvidos nos eventos, funcionários do Arquivo Histórico-Militar, funcionários da Biblioteca Nacional e da fundação Calouste Gulbenkian que teriam facilitado o acesso a documentos específicos para desempenhar a pesquisa de fundo histórico. Além disso, cita uma profusão de obras, produzidas por diversos acadêmicos, que foram consultadas para sustentarem a representação dos eventos no romance. Com isso, o autor compõe o livro como um duplo espaço performativo da ideia de isenção ideológica, reivindicando para si o lugar tanto de narrativa da experiência quanto de discurso epistêmico e projetando as sombras da dúvida para os discursos que se apresentam em discordância não apenas das versões do que está sendo narrado, mas, principalmente, “do espírito daquele tempo” (RODRIGUES DOS SANTOS, 2010, p. 677).

Diana Klinger, em *Escritas de si, escritas do outro: autoficção e etnografia na narrativa latino-americana contemporânea*, discute a ideia do romance como espaço de performance, de dramatização do indivíduo. Klinger, interessada no gênero da autoficção, aborda a representação do sujeito na ficção, não em termos de coincidência entre pessoa real e personagem textual, como pretende Phillipe Lejeune em suas discussões sobre o pacto autobiográfico, mas a partir da dramatização que supõe a construção simultânea do autor e do sujeito que narra. Nesse sentido, para ela, a autoficção pode ser pensada dentro do conceito de performance:

Com isto nos referimos tanto ao conceito de performático de Judith Butler, quanto à arte da *performance*. O termo inglês *performance* significa “atuação”, “desempenho”, “rendimento”, mas ele começou a assumir significados mais específicos nas artes e nas ciências humanas a partir dos anos cinquenta como ideia capaz de superar a dicotomia arte/vida. Do ponto de vista da antropologia, uma performance é “toda atividade feita por um indivíduo ou grupo na presença de e para outro indivíduo ou grupo” (KLINGER, 2006, p. 56).

O romance de José Rodrigues dos Santos não se configura como uma autoficção, na medida em que o autor não é nem narrador e nem personagem da obra. Entretanto, baseado na relação da memória individual com uma comunidade específica que engloba o sujeito, gostaria de utilizar o conceito de performance, proposto por Diana Klinger para pensar a autoficção, para aplicá-lo, a partir de um desvio, à dramatização que o romance engendra das figuras que compõem o grupo que estrutura a memória individual do autor e a insere na coletividade à qual ele pertence. A literatura,

apesar de permitir análises de cunho sociológico ou histórico, não possui um caráter documental. É, antes, um espaço de figuração da realidade. Assim, apesar de não aparecer como personagem do romance e não haver uma coincidência aberta entre o autor do livro e o narrador, que não é nomeado na obra, a maneira como os acontecimentos são performados está ligada a uma tentativa de fundamentação ideológica de um suposto projeto de bem comum do colonialismo português que justificaria o uso da violência por parte do Estado. Nesse sentido, o autor, como herdeiro e representante de sua comunidade de memória pretende produzir um espaço discursivo no romance para apresentar aquilo que entende como o espírito de uma época marcada por um projeto civilizacional.

Essa ideia de projeto de instituição de uma missão civilizatória no espaço colonial, que traria grandeza tanto para Portugal quanto para o território africano apresenta-se no romance em diversos momentos, principalmente nas falas das autoridades. Logo antes de ser transferido para a cidade de Tete, José Branco tem uma reunião com o diretor dos Serviços Provinciais de Saúde, Floriano Carvalho, em Lourenço Marques, onde este expressa que o bem comum como objetivo é não apenas o seu investimento individual, mas um projeto que abrange os desígnios portugueses na África de maneira geral:

Estacou, contemplando a paisagem urbana com os braços cruzados atrás das costas. “O meu sonho é a grandeza de Portugal. Se pessoas como eu e o senhor estão aqui é para desempenhar um papel, para cumprir uma missão. Uma missão civilizadora.” Fez um gesto, apontando os edifícios para além da janela. “Há cem anos não havia aqui coisa nenhuma. Isto era mato e uns pântanos e umas palhotas. Mais nada. Erguemos esta cidade em pouco tempo e faremos mais e melhor se pudermos e nos deixarem.” Indicou-se a si e ao seu convidado com a mão direita. “Eu e o senhor somos ambos os emissários da civilização. Compete-nos a nós reerguer o império, restaurar o orgulho da pátria, afirmar o papel de Portugal no mundo. E isso, caro doutor, faz-se trabalhando.” Ergueu um dedo e voltou-se para o médico, a luz do dia a banhar-lhe metade da face. “Essa é a palavra crucial. Trabalhando. É para isso que aqui estamos. Para trabalhar, para fazer coisas, para erguer a civilização, para alargar os horizontes, para honrar a nação.” Caminhou devagar para o seu lugar (RODRIGUES DOS SANTOS, 2010, p. 238).

O romance também encena diálogos a fim de desacreditar algumas das principais críticas feitas ao regime salazarista depois do 25 de Abril como, por exemplo, a maneira como o regime fechou o país ao restante da Europa e o manteve em uma situação de subdesenvolvimento. Há um episódio em que José Branco está conversando com o diretor regional da PIDE-DGS³, Aniceto Silva, e este passa a uma longa exposição sobre as benesses promovidas pelo regime e pelo presidente do conselho em pessoa. O policial fala de taxa de crescimento econômico do período salazarista e a compara com

o período monárquico e republicano, fala de equilíbrio das contas públicas, taxas de juros e crescimento percentual dos salários reais, compara o PIB *per capita* de Portugal com o das nações mais desenvolvidas do mundo e, depois, começa a mencionar projetos específicos de qualificação de material humano e investimento em reformas de base:

“Além do mais, investiu-se na qualificação da mão-de-obra, que era desqualificada no tempo da República, como o senhor bem sabe. O regime expandiu as escolas primárias e secundárias, instalou postos escolares em todas as aldeias, recrutou regentes escolares para fazer frente à falta de professores, apostou nos liceus privados na província e agora também nos liceus públicos, investiu no ensino técnico... eu sei lá! A realidade é que em 1930 a taxa de analfabetismo em Portugal era de sessenta por cento e agora está reduzida a vinte e cinco por cento. Acha que isto é obra de quem tenciona manter o país ignorante e sem educação? Francamente! E como é possível dizer que estamos fechados à Europa e ao mundo quando aderimos à EFTA e à OECE e eliminámos a maior parte das restrições quantitativas ao comércio externo com a Europa ocidental e assinámos este ano um acordo comercial com a CEE? Como é possível dizer isso?” (RODRIGUES DOS SANTOS, 2010, pp. 457-458).

A falta de verossimilhança do episódio onde o inspetor apresenta ao médico números, percentuais, comparativos com economias de outros países e projetos de desenvolvimento nacional deve ser entendido a partir da ideia do romance como espaço de teatralização. Como local onde trava-se um duelo por uma memória pública que não está relacionada à reconstrução factual de acontecimentos passados, mas que pretende disputar e discutir com teorias apresentadas no presente do autor a fim de sustentar uma posição ideológica específica de apoio ao regime e enaltecimento não apenas de suas intenções, mas especificamente de seus feitos.

Em contraposição à suposta benevolência portuguesa, os africanos, tanto angolanos quanto moçambicanos, que estão lutando pela independência de seus respectivos países são sempre representados como criaturas vis e cruéis e referidos, de forma reiterada no romance, como “terroristas” ou “turras”. Mesmo a representação de um ato brutal como o assassinato de uma mulher e uma criança por degola é justificada como única alternativa para defender o batalhão. Na passagem, Diogo Meireles, sobrinho de José Branco e furriel da tropa portuguesa, convocado para servir na região de Tete, norte de Moçambique, reencontra seu amigo e companheiro dos tempos de adolescência, quando jogavam vôlei juntos, Angelino Melro, agora chefe dos comandos. Angelino convida Diogo para acompanhar o seu pelotão por algum tempo para ver como é a guerra para um comando, que luta em espaços mais violentos e decisivos. Como o jovem quer ser útil a seu país, decide acompanhar o amigo e se fazer prestativo. Em uma missão específica de reconhecimento na selva, o grupo de comandos encontra uma mulher envolta numa capulana já muito gasta e uma criança que não deveria ter

mais de sete anos com um saco repleto de frutos silvestres. Quando questionadas por um dos soldados do grupo, as duas responderam que vinham de um aldeamento próximo. Entretanto, sem acreditar no que diziam, o comandante dos comandos ordena que as duas sejam degoladas, já que a morte por arma de fogo seria muito estrondosa e poderia denunciar a posição do grupo. Diogo grita, esperneia, tenta de todas as maneiras impedir que as duas sejam executadas, mas suas tentativas são sem sucesso. Depois, ainda revoltado com o amigo de longa data, o jovem o chama de assassino, de criminoso, o xinga e lhe desfere um soco na boca do estômago.

Mais tarde, já no local de descanso do grupo, Angelino Melro explica a Diogo a necessidade do ocorrido. O chefe dos comandos chama Samuel, um soldado do grupo e pede-lhe que conte sobre a ocasião quando, ainda comandados pelo superior anterior, o alferes Anselmo, encontraram duas crianças de dez anos durante uma missão. O soldado narra a maneira como o superior decidiu desobedecer as instruções de treinamento, que mandavam não deixar nenhuma testemunha viva, e liberar as duas crianças. Pouco tempo depois, o grupo de soldados sofreu uma emboscada que resultou em diversas baixas. Seguiu-se uma batalha e, no fim, os soldados portugueses conseguiram expulsar o inimigo e capturar um dos guerrilheiros. Ao interrogá-lo, descobriram que os dois garotos que encontraram a tropa contaram o ocorrido a seus pais que, por sua vez, contaram ao grupo de guerrilheiros que emboscou os soldados. Com isso, além dos companheiros mortos na emboscada, os comandos não conseguiram cumprir a missão que lhes cabia. Ao final da narrativa do soldado, Angelino apresenta a Diogo uma conclusão em tom didático sobre a realidade da guerra que situa os portugueses como aqueles que estão fazendo o bem. A conclusão a que se chega é que Diogo está sendo infantil de não perceber que o uso da força, mesmo no caso do assassinato de crianças desarmadas e inofensivas, não se configura como ação de brutalidade desenfreada, apresentando-se como uma necessidade frente a uma conjuntura específica da guerra e que se justifica dentro de uma busca pelo bem comum:

“A segurança do grupo e a execução da missão são as duas prioridades que devem orientar a ação de um comando. Toda a ameaça a essas prioridades tem de ser eliminada, custe o que custar e por mais repugnante que isso pareça. Isto é uma coisa que nos foi ensinada na instrução em Montepuez e constatada na vida real.” Fez um gesto largo, como se quisesse abarcar todo o mato. “Porque isto, meu caro amigo, não é uma fita de Hollywood nem uma história do Mundo de Aventuras, mas a realidade da guerra. Nos filmes e nos livros os bons nunca eliminam mulheres nem crianças e só matam os maus em última instância. O mundo real não é assim. Em território hostil até as mulheres e as crianças constituem, mesmo que não o queiram, ameaças maningue sérias à tua segurança. Se não as eliminares, já sabes: serás morto.” (RODRIGUES DOS SANTOS, 2010, pp. 559-560).

O único episódio representado no romance como um evento sem justificção, que deve ser lido como uma ação absolutamente condenável, é o massacre de Wiriyamu. Após uma emboscada sofrida pelo batalhão de comandos, há uma reunião de diferentes chefes de forças de segurança. Nela estão presentes Angelino Melro, o Coronel Varela, chefe militar de Tete, Aniceto Silva, inspetor da DGS e o capitão Telles, comandante da força aérea. Na reunião, faz-se a planificação de uma operação conjunta, a Operação Marosca, para atacar, pelo ar e pelo chão, um triângulo imaginário de aldeias que supostamente estariam infiltradas por grupos guerrilheiros: Chawola, Juwau e Wiriyamu.

A operação em Wiriyamu foi comandada por Angelino Melro e contou também com a presença de Francisco, homem de confiança de Aniceto Silva. Ao adentrarem o aldeamento, os soldados portugueses começaram a atirar e matar todos que tentassem fugir até que, acabada a resistência, os sobreviventes se juntassem numa clareira no centro da vila para serem interrogados. O homem da DGS começa a interrogar os prisioneiros que, ao se recusarem a dizer onde estão os guerrilheiros, são assassinados ou a golpes de maça ou, depois, a tiro de espingarda automática. Ao perceberem que não conseguiriam as informações desejadas e que a permanência naquela posição assumia um risco para os soldados portugueses da missão, os comandos decidem que não deixariam testemunhas do evento e começam a matar todo mundo, homens, mulheres e crianças. Como a execução dos prisioneiros um a um estava levando muito tempo, o chefe dos comandos decide encaminhar todos os aldeãos para as cubatas e, quando não havia mais civis na clareira, ordena que os soldados abram uma fresta nas portas, joguem granadas dentro e, depois, tranquem as portas e afastem-se. Ao final das explosões, os soldados inspecionam cada uma das palhotas e, caso encontrem sobreviventes, terminam de matá-los com tiros.

Devido à proximidade entre os aldeamentos e Tete, o fogo e o cheiro de carne humana queimada puderam ser sentidos da cidade. Alguns poucos sobreviventes do massacre também se encaminharam para o hospital, chefiado por José Branco, em busca de ajuda. Ao conversar com alguns sobreviventes e entender o que aconteceu, o médico junta duas enfermeiras de confiança, Lúcia e Sheila, e vai de carro com elas até a aldeia em busca de sobreviventes tornando-se, com isso, testemunha ocular da cena de corpos incinerados e das ruínas deixadas pelo massacre.

As tropas tentam ainda esconder o ocorrido fazendo uma operação de transporte para outra região e sepultamento dos corpos putrefatos dias depois. José Branco é chamado para uma entrevista com Aniceto Silva que tenta convencê-lo a não revelar nada do ocorrido para preservar a imagem dos militares. Com a recusa do médico, o chefe distrital da DGS de Tete decide mantê-lo preso e sem contato com outras pessoas a fim de evitar que a notícia se espalhe. Ainda assim, com a ajuda de Diogo, José Branco consegue passar um testemunho com as informações para um grupo de padres estrangeiros, da missão de São Pedro, que transmitem um relatório sobre o ocorrido para jornalistas internacionais que, por fim, publicam a história.

Logo após o episódio, a narrativa é interrompida e o romance apresenta um epílogo onde o ditador português Marcelo Caetano está se preparando para tomar café da manhã. Marcelo Caetano é representado como um verdadeiro estadista, um homem que coloca seus anseios pessoais em segundo plano a fim de cumprir com suas obrigações para com a nação: “Apeteceu-lhe ir lá para fora gozar a manhã de Verão, mas sabia que o desejo não passava de fantasia; sentia-se demasiado tolhido por obrigações para se poder distrair com prazeres frívolos” (RODRIGUES DOS SANTOS, 2010, p 670). Caetano, que na cena aparece trabalhando enquanto se alimenta, começa a conversar com o seu chefe de gabinete sobre a viagem que tem marcada para Londres para as comemorações dos 600 anos do Tratado de Aliança entre Portugal e Inglaterra. Neste momento, o telefone toca, é o embaixador de Portugal na Inglaterra ligando para dizer que os telefones não param de tocar, que a BBC quer uma declaração sobre o ocorrido e que a notícia já corre nos principais jornais ingleses. O romance termina com Marcelo Caetano, que não sabia de nada até então, recebendo a notícia do seu embaixador. Assim, por mais que os eventos do massacre de Wiryamu sejam condenados na maneira como são performados no romance, o autor faz questão de excluir qualquer parcela de responsabilidade do ditador português que, não apenas não teria tido nenhuma participação na planificação do ocorrido, como também não obtivera nenhuma informação sobre os eventos até que estes já estivessem publicados em veículos jornalísticos de diferentes países. Dessa maneira, o único ato representado como brutalidade injustificada no romance é afastado de qualquer relação com o ordenamento do regime, é feito à revelia, e, portanto, da forma como se apresenta, não poderia ser considerado como algo afeito ao espírito da administração, mas como um desvio que, apesar de condenável, não deve alterar a percepção sobre o governo.

“Ó senhor embaixador, deixe-se lá de rodeios”, murmurou numa voz subitamente despida de emoção, mero registo monocórdico tão gelado quanto o olhar que ostentava nesse momento. “Que notícia é essa que o Times publicou?”

“O embaixador manteve-se um tudo-nada silencioso, provavelmente também ele a ganhar coragem para lidar com a informação, e pigarreou antes de voltar a falar.

“Senhor presidente do Conselho”, começou por dizer. “Por acaso já ouviu falar de um lugar chamado Wiryamu?” (RODRIGUES DOS SANTOS, 2010, p 673).

Em conclusão, o *Anjo branco*, de José Rodrigues dos Santos, foi pensado aqui a partir da ideia de performance que produz, ao mesmo tempo, os personagens no espaço romanesco e a função autoral. A proposta de uso da noção empregada por Diana Klinger para pensar a autoficção se justifica a partir das relações entre memória individual e a memória coletiva do grupo que estrutura a identidade do sujeito no espaço do mundo. Assim, o autor se coloca como representante de sua comunidade de memória e teatraliza, no palco de sua narrativa, uma argumentação ideológica interessada muito

mais na representação do que chama de “espírito daquele tempo” do que na reconstituição factual das ocorrências. Esta noção das intenções que sustentam as ações do regime está intimamente relacionada à base das teorias contratualistas que justificam o monopólio e a utilização da violência por parte do poder público quando visam o bem comum. Nesse sentido, os argumentos apresentados na narrativa romanesca podem ser pensados a partir da relação, proposta por Hayden White, entre o ato de contar uma história e sua relação com tópicos específicos do direito, como autoridade e legalidade. A defesa do regime salazarista e do colonialismo português de forma geral se arvora na ideia de que havia um projeto civilizacional, bem-intencionado, não apenas para a glória de Portugal, mas para a construção de Angola e Moçambique, os dois territórios ficcionalizados no romance, que foi interrompido pelos processos de independência dos respectivos países. A retomada dessa discussão nos inícios do século XXI deve ser pensada como sintoma de um momento político específico onde há espaço para o desrecalque de memórias subterrâneas, para a vinda à tona de discursos que antes eram mantidos apenas no espaço privado e, agora, passam a disputar o espaço público do presente para a reconstrução memorialística do passado. A utilização do romance como campo para essa disputa, por sua vez, permite pensar as relações entre história, memória, política e literatura, além das formas como o passado é constantemente reconstruído pelo presente, respondendo a contingências específicas deste tempo que autorizam ou desautorizam narradores e os efeitos de verdade próprios de suas narrativas.

REFERÊNCIAS

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: autoficção e etnografia na narrativa latino-americana contemporânea*. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_f5049ab-83c0205d1fe06665f7fbca5a1 Acesso em 25mai. 2021.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos históricos*, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Margarida Calafate. Os netos que Salazar não teve: guerra colonial e memória de segunda geração. *Abril*, n. 5, v.11, pp. 25-36, 2013.

RODRIGUES DOS SANTOS, José. *O anjo branco*. Lisboa: Gradiva, 2010.

WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality. *Critical Inquiry*, v. 7, n. 1, pp. 5-27, 1980.

Recebido para avaliação em 27/05/2021
Aprovado para publicação em 13/06/2021

NOTAS

1 Daniel M. Laks é professor adjunto e professor do quadro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura (PPGLit) da Universidade Federal de São Carlos. Realizou pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense com financiamento FAPERJ (Bolsa FAPERJ Nota 10). Possui doutorado pelo programa de pós-graduação Literatura, Cultura e Contemporaneidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com período sanduíche de doze meses na Universidade de Coimbra (2016). Possui mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011). Email: daniellaks@yahoo.com

2 Tradução livre do autor. No original: “from the folktale to the novel, from the annals to the fully realized “history,” has to do with the topics of law, legality, legitimacy, or, more generally, authority.

3 PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado, foi criada em 1945 com a intenção de perseguir, interrogar e prender qualquer indivíduo entendido como inimigo da ditadura salazarista. Com a subida ao poder de Marcelo Caetano, em 1968, a PIDE é dissolvida e, em 1969, é criada a DGS, Direção-Geral de Segurança, que mantinha as mesmas funções da antiga PIDE.